

Arce

Assembleia
Constituinte

SURGE UM NOVO CAPÍTULO DA "GUERRA E PAZ"

Arena sem Constituinte procura uma "bandeira" de cunho popular

Enquanto a Executiva Nacional do Partido não se reúne, a fim de delinear qual a linha oficial de ação que a Arena adotará para enfrentar a campanha nacional do MDB pela Constituinte - e, ainda persistem as especulações de que o Governo, através de uma nova "Lei Falcão", poderá impedir qualquer mobilização popular da Oposição - alguns dirigentes e parlamentares governistas, mesmo isoladamente, já começam esboçar mini-programas em combate a essa nova "bandeira" do Partido adversário. Enquanto concatenam os principais temas, alguns até pensando numa "reforma constitucional compatível com os interesses da Nação", os arenistas procuram a melhor fórmula, aquela de maior cunho popular, tudo visando minimizar a campanha oposicionista. Mas, se pelo lado arenista ainda não se chegou ao consenso, no MDB, a Constituinte parece até ter unificado as variadas correntes, ao ponto do presidente do Diretório Regional de Minas Gerais, o "moderado" deputado federal Jorge Ferraz haver indicado a decisão de seu Partido como uma "solução óbvia". Já o "autêntico" Jarbas Vasconcelos, presidente do Diretório de Pernambuco, coerente com sua posição anterior, não só defendeu a campanha, como rebateu as declarações do Presidente da Arena de que a decisão emedebista havia sido ilegal.



La Rocque: Tudo pelo homem, em sua segurança e paz social



Marcelo Linhares: Devemos dar ênfase ao aprimoramento democrático



José Alves: É preciso melhorar a condição de vida dos pobres

Enquanto o MDB encampa a Constituinte como uma bandeira de luta, visando, em último lugar, às eleições de 1978, a Arena, segundo seus principais líderes, "vai se empenhar por uma reforma constitucional compatível com os interesses da Nação". "A bandeira da Arena - disse o senador Henrique de La Rocque - é tudo pelo homem, em sua segurança e paz social".

Já o presidente do Diretório Regional de Pernambuco, deputado Adebald Jurema, promete defender, "durante a campanha que se aproxima, as modificações da Constituição", porquanto - explicou - "um país que vai lutando com a alta do custo de vida e com a inflação, não seria patriótico levar para as ruas uma bandeira agitação, quando essa bandeira já se encontra dentro do próprio Congresso, como ficou demonstrado com a emenda divorcista".

Dentro deste espírito, o deputado Geraldo Freire (Arena - MG), que foi líder do partido nos governos Costa e Silva e Garrastazu Médici, é da opinião de que a bandeira a ser empunhada pela Arena deve dar ênfase "ao bem do povo", enfatizando o clima de paz social existente em nosso país. "Esta pregação" - segundo disse - "deve ser feita numa linguagem em que o povo possa compreender tudo o que já foi feito pela Revolução em seu benefício".

Por seu turno, o vice-líder da Arena na Câmara, deputado Marcelo Linhares (CE), lembra que "a Revolução de Março de 64 teve por escopo conduzir o Brasil para os seus reais destinos. Não podemos negar - acrescentou - de que, no campo do desenvolvimento temos tido grandes êxitos, embora - reconheceu - setorialmente possam ter ocorrido ritmos menos crescentes, para os problemas conjunturais".

No campo político - continuou Linhares - todavia, por força de contingências, sobretudo alheias à vontade dos governantes, não temos podido acompanhar o ritmo desejado".

Por isso, ele crê que a bandeira "dos quantos fizeram a Revolução e que hoje lhe dá apoio, deve ser o aprimoramento do regime democrático, com o maior fortalecimento do Poder Legislativo". "Tal ocorrendo, segundo entende, teremos uma perfeita harmonia dos três Poderes que possibilitarão, sem dúvida, a criação do Conselho de Estado, onde irão - enfatizou - repousar as leis de exceção".

Depois de considerar que a proposta da Oposição, "partindo do fundamento profundamente negativista", a defesa da Constituinte, implica na negação da legitimidade do Governo e do regime, "o que é inaceitável", o também vice-líder arenista, deputado José Alves (AL), observou que "não há porque negar o poder constituinte originado do processo revolucionário". E explicou:

Esse poder constituinte, que é contestado pelo MDB, só cessará quando o processo revolucionário se esgotar, o que me parece que não seja o caso.

Para Alves, "esse é o grande dilema que a Oposição acaba de colocar diante do momento político brasileiro". Assim, a seu ver, "a bandeira que sugiro é a democratização real e não apenas democratização no papel, de fórmulas jurídicas as oportunidades de acesso dos brasileiros às fontes de trabalho e à postulação de direitos perante quaisquer tribunais".

Neste ponto, o parlamentar alagoano explica que, "infelizmente o pobre continua sem acesso à justiça", que no seu entender, "continua sendo privilégio dos poderosos".

É preciso - continuou - melhorar, o quanto antes, a condição de vida dos mais pobres, invertendo - se o processo de enriquecimento dos que menos produzem. Há - completou - muito o que fazer e essas modificações todas para que o cidadão brasileiro possa realmente se beneficiar do processo real de democratização. Essas mudanças - concluiu - só poderão ser feitas dentro de uma moldura revolucionária pois, frisou, é própria da revolução mudar as estruturas".

Para o deputado Sivalva Boaventura (Arena - MG) "a bandeira da Arena, nas próximas eleições, é a de sempre: a defesa dos objetivos nacionais permanentes, que é a filosofia da Revolução. Além disso, demonstrar ao povo brasileiro o muito que o movimento revolucionário de 64 já fez em termos de segurança e de desenvolvimento nacionais".

A seu ver, a Arena deve enfatizar, também, tudo o que já foi feito embora, ressalva, "ainda falta muito por fazer".

O que a Revolução fez - disse - tem sido divulgado é porque as vezes a memória dos oposicionistas esquece cedo, geralmente, a Oposição só vê os pontos negativos e não vê os positivos.

Mesmo assim, segundo Sivalva, "ninguém precisa ficar assustado quer a militância dos partidos políticos, quer nos regime bipartidários quer no pluripartidarismo, cada um tem que levar a sua mensagem à opinião pública a fim de sensibilizá-la. O que o MDB está falando não existe nada de novo".

Ele, por fim, ressaltou que o calendário eleitoral está marcado na "edição de abril". Agora - concluiu - quem ganha eleições são os bons candidatos e a Arena tem muitos. Por isso não está preocupada com a bandeira oposicionista pró-Constituinte.

Na Arena havia quem simpatizasse

A estratégia efetiva da Arena contra a tese Constituinte aprovada pela convenção nacional do MDB, somente será delineada a partir do dia 20 quando a Oposição, através de todas as tribunas do País, oficializará perante a Nação sua luta em favor da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Os dirigentes arenistas, no momento, limitam-se a dizer que estão remetendo para as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais a munição preparada para essa primeira etapa, qual seja a nota divulgada pela executiva nacional do partido. Mostram - se os arenistas cuidadosos em comentar o tema, mesmo porque esperam que se possa reiniciar o diálogo e, desta forma, encontrar um amplo entendimento para a reforma institucional do País.

DIALOGO

Alguns arenistas chegaram mesmo a revelar

que não há condições do Governo absorver uma campanha pró-Constituinte se esta não permanecer no âmbito das casas legislativas. Um outro importante dirigente da Arena, vale salientar, acentuou que se não houver possibilidades na retomada do diálogo inevitavelmente a Arena, por ser maioria, promoverá as reformas que são consideradas necessárias para o País e, o diálogo, neste caso, passará a ser feito com as entidades de classe, os sindicatos e demais segmentos da sociedade brasileira.

É bom que se observe que há um otimismo generalizado dentro da Arena no sentido de que a luta pró-Constituinte dar-se-á somente em âmbito das tribunas dos legislativos e, conseqüentemente, não extrapolará movimentações de ruas que mobilizem com maior eficácia o sentido popular da tese.

Um dirigente arenista chegou mesmo a confessar ser a tese Constituinte simpática ao seu partido, embora não possa este incorporá-la, pois o Governo e a Revolução tomaram posição definida sobre o assunto, desejando, portanto, que se procedam reformas através do poder competente que é, de resto, o Congresso Nacional.

Lembrou, entretanto, que é importante se recordar que a tese constituinte não nasceu dentro do MDB, mas fora dele. A Oposição, como único caminho para catalizar as insatisfações existentes, absorveu as reivindicações de todos os setores: estudantes, trabalhadores, empresários, intelectuais e militares. Trata-se, portanto, de um tema que surgiu de fora da área política e, por isso mesmo, jamais poderá ficar em seu âmbito como desejam os dirigentes arenistas, visando a continuação do diálogo e, o que é mais importante, a concretização de reformas que dotem o País de instrumentos eficazes para a defesa da sociedade e do Estado, em substituição aos atos excepcionais vigentes.

SUCESSÃO

A Constituinte, vale ressaltar, é vista por outros setores da Arena como sendo um tema que poderá prejudicar bastante a sucessão presidencial, sobretudo porque há um candidato civil assumindo compromissos de institucionalização do País e que, por isso mesmo, vem obtendo apoio em todas as áreas da sociedade brasileira.

Há um crescente avanço na conquista da normalidade do Regime, observava um senador da Arena, embora se tenha incompreensões de todos os lados. Esta mesma explicação era dada por um outro parlamentar, justificando que se não há compreensão no meio político e dentro da própria sociedade brasileira é tão somente em razão do Governo ter perdido a credibilidade com as reformas que entregou à Nação, através do "Pacote de Abril".

Não compete a área política envolver-se na sucessão presidencial, ainda que seja chamada para homologar o nome e legitimar a escolha.

Para um moderado a "solução óbvia"

O presidente do diretório regional do MDB de Minas, Jorge Ferraz, da corrente moderada da Oposição, distribuiu declarações à imprensa, ontem, apontando a convocação de uma Assembleia Constituinte como uma solução "óbvia" para o atendimento das aspirações nacionais.

Assim como o percurso do sol, que invariavelmente nasce com esplendor e apogeu, e deita no acaso com sinais de fadiga, os movimentos revolucionários também experimentam momentos de pleno apogeu, mas, invariavelmente, padecem dos sintomas da fadiga. A verdade histórica não é diferente para a Revolução de 1964, que, se ainda não se esvaziou por completo, demonstra sério cansaço na sua tematização".

Entende Ferraz que é chegado o momento de "se assegurar as conquistas que não se negam ao movimento revolucionário, acrescidas, já agora, de uma participação do povo no poder, posto que essa é uma reivindicação de toda uma consciência nacional".

O MDB nada mais pretende do que isso. Dar o remédio apropriado aos males brasileiros, ao nível de uma nova ordem jurídica compatível com as nossas tradições democráticas, capaz de absorver a emergência do tempo em que vivemos, e suportar as necessidades que teremos no futuro". Dizendo que sempre acreditou nos governos que administram o país dentro dos estritos limites constitucionais, acentuou o parlamentar mineiro: "não há emergência nacional que não possa ser enfrentada e contornada dentro de um texto constitucional que responda à realidade da nação".

Para se atingir, todavia, o objetivo de um diploma constitucional capaz de absorver a realidade nacional, é imperativo democrático o exercício de um abrangente debate em que todos os segmentos da população, em suas diversas classes representativas, sejam ouvidas e auscultadas".

Para um autêntico nada tem de ilegal

Recife - O presidente regional do MDB deputado Jarbas Vasconcelos, em entrevista ontem nesta capital, rejeitou a afirmação do presidente nacional da Arena, Francelino Pereira, segundo o qual, a campanha pela Constituinte, decidida pela convenção do MDB, é ilegal.

Segundo Vasconcelos, não existe nenhuma ilegalidade na pregação da tese da Constituinte pelo MDB, pois o Partido sempre reclamou contra o Estado de Exceção e que, ao longo do último decênio, a oposição tem mantido uma luta sistemática contra o arbítrio, a repressão, a censura à imprensa, as violações dos direitos humanos e, sobretudo, contra o AI-5 e os demais instrumentos de exceção.

Assim sendo, o objetivo do MDB, como partido político, sempre foi a devolução do País à plenitude democrática e quem assim age está pregando o fim da exceção. E a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte será o fim da exceção - disse.

ANC 88
Pasta 77/79
045/1977